CC BY NC ND

EPEduc
REVISTA EPISTEMOLOGIA E PRÁXIS EDUCATIVA
ISSN 2674-757X

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SOCIOEDUCAÇÃO PARA SERVIDORES DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Marcelo dos Santos Bezerra[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RGN, Brasil.
ORCID: 0009-0000-3940-3374
E-mail: marcelosbezerra@hotmail.com

Elda Silva do Nascimento Melo[2]
Universidade Fedral do Rio Grande do Norte, RGN. Brasil
ORCID:0000-0001-5146-4479
E-mail: eldasnmelo@gmail.com

RESUMO
A socioeducação é um tema novo em pesquisas fundamentadas pela Teoria das Representações Sociais. Para Moscovici (1961), essa teoria tem a função de revelar como os sujeitos constroem suas explicações acerca dos fenômenos de seu cotidiano, evidenciando assim, as representações que pautam suas ações. Nessa direção, lançamos mão dessa teoria para identificar a representação social de socioeducação para servidores que atuam na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Essa temática é de extrema relevância por abordar a implementação das medidas socioeducativas, significando relevante conquista na intervenção com adolescentes em conflito com a lei. O lócus da pesquisa é uma Vara da Infância e da Juventude, seção responsável no Poder Judiciário, por acompanhar e fiscalizar a execução das medidas socioeducativas. Para consecução da pesquisa, realizamos revisão bibliográfica, documental e investigação empírica, com 11 sujeitos. Para produção dos dados aplicamos a Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP, realizamos a análise das evocações dos sujeitos, alicerçada na Teoria do Núcleo Central (ABRIC, 1998) e (SÁ, 1998), relativo à frequência e ordem média de evocação; na Teoria das Representações Sociais – TRS (MOSCOVICI, 2001) e (JODELET, 2001); e nos estudos sobre

[1] Pedagogo. Pós-graduado em Docência no Ensino Superior. Pós-graduado em Pedagogia Jurídica. Mestrado em Educação, Representações e Formação Docente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: marcelosbezerra@hotmail.com
[2] Formação em Pedagogia. Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Educação PPGEd/UFRN. Pós-doutorado pela Universidade de Valência/Espanha. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: eldasnmelo@gmail.com

Socioeducação e Educação Social (RANIERE, 2014) e (GADOTTI, 2012). Os resultados demonstram que no núcleo central surgiram evocações como: 'educação', 'oportunidade' e 'direitos'. Assim, as possíveis representações sociais de socioeducação transitam em um cenário de cidadania, protagonismo e transformações, no qual as mudanças compartilhadas auxiliam a ressignificar as próprias representações historicamente postas acerca da socioeducação.
Palavras-chave: Representações sociais. Socioeducação. Educação social. Tribunal de Justiça.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF SOCIOEDUCATION FOR SERVANTS OF THE CHILDREN AND YOUTH COURT OF THE COURT OF JUSTICE OF RIO GRANDE DO NORTE

ABSTRACT

Socioeducation is a new topic in research based on the Theory of Social Representations. For Moscovici (1961), this theory has the function of revealing how subjects construct their explanations about the phenomena of their daily lives, thus highlighting the representations that guide their actions. In this sense, we use this theory to identify the social representation of socio-education for employees who work in the Children and Youth Court of the Court of Justice of Rio Grande do Norte. This theme is extremely relevant as it addresses the implementation of socio-educational measures, meaning a relevant achievement in intervention with adolescents in conflict with the law. The locus of the research is a Children and Youth Court, the section responsible within the Judiciary for monitoring and supervising the implementation of socio-educational measures. To carry out the research, we carried out a bibliographical and documentary review and empirical investigation, with 11 subjects. To produce the data, we applied the Free Word Association Technique – TALP, we analyzed the subjects' evocations, based on the Central Nucleus Theory (ABRIC, 1998) and (SÁ, 1998), regarding the frequency and average order of evocation; in the Theory of Social Representations – TRS (MOSCOVICI, 2001) and (JODELET, 2001); and in studies on Socioeducation and Social Education (RANIERE, 2014) and (GADOTTI, 2012). The results demonstrate that in the central nucleus, evocations such as: 'education', 'opportunity' and 'rights' emerged. Thus, the possible social representations of socioeducation move in a scenario of citizenship, protagonism and transformations, in which shared changes help to give new meaning to the representations historically placed about socioeducation.
Keywords: Social representations. Socioeducation. Social education. Court of justice.

REPRESENTACIONES SOCIALES DE SOCIOEDUCACIÓN PARA SERVIDORES DEL JUZGADO DE NIÑEZ Y JUVENTUD DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA DE RIO GRANDE DO NORTE

RESUMEN

La socioeducación es un tema nuevo en la investigación basada en la Teoría de las Representaciones Sociales. Para Moscovici (1961), esta teoría tiene la función de revelar cómo los sujetos construyen sus explicaciones sobre los fenómenos de su vida cotidiana, destacando así las representaciones que guían sus acciones. En este sentido, utilizamos esta teoría para identificar la representación social de la socioeducación para los empleados que actúan en el

Tribunal de Niñez y Adolescencia del Tribunal de Justicia de Rio Grande do Norte. Este tema es de suma relevancia pues aborda la implementación de medidas socioeducativas, significando un logro relevante en la intervención con adolescentes en conflicto con la ley. El lugar de la investigación es un Juzgado de Niñez y Adolescencia, sección responsable dentro del Poder Judicial del seguimiento y supervisión de la implementación de medidas socioeducativas. Para realizar la investigación se realizó una revisión bibliográfica, documental e investigación empírica, con 11 sujetos. Para producir los datos, aplicamos la Técnica de Asociación Libre de Palabras – TALP, analizamos las evocaciones de los sujetos, con base en la Teoría del Núcleo Central (ABRIC, 1998) y (SÁ, 1998), en cuanto a la frecuencia y orden promedio de evocación; en la Teoría de las Representaciones Sociales – TRS (MOSCOVICI, 2001) y (JODELET, 2001); y en estudios sobre Socioeducación y Educación Social (RANIERE, 2014) y (GADOTTI, 2012). Los resultados demuestran que en el núcleo central surgieron evocaciones como: “educación”, “oportunidad” y “derechos”. Así, las posibles representaciones sociales de la socioeducación se mueven en un escenario de ciudadanía, protagonismo y transformaciones, en el que los cambios compartidos ayudan a resignificar las representaciones históricamente colocadas sobre la socioeducación.
Palabras clave: Representaciones sociales. Socioeducación. Educación Social. Tribunal de Justicia.

INTRODUÇÃO

A socioeducação é, atualmente, um fenômeno complexo na sua conceituação e tem provocado reflexões importantes acerca dos valores e princípios referentes às práticas profissionais de diversos atores sociais, cujos saberes estão interagindo numa intercessão de caminhos que convergem para uma educação mais ampla e que alcança todas as dimensões humanas, entre elas a dimensão social. Assim, estabelecemos uma relação entre socioeducação e educação social para aproximarmos dos entendimentos das representações sociais deste fenômeno no poder judiciário.

Por isso, nosso objetivo é identificar os elementos evocados pelos servidores da Vara da Infância e da Juventude sobre socioeducação à luz da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, tendo como base tanto a pesquisa empírica quanto a revisão bibliográfica e documental. Ademais, apresentamos alguns conceitos de socioeducação e educação social para tentarmos compreender e explicar como essas formas de pensar a socioeducação na Vara da Infância e da Juventude se manifestam, assim como apresentar os resultados desse estudo.

Identificar as representações sociais de socioeducação para os servidores da Vara da Infância e da Juventude é um estudo ainda tímido nas discussões dentro da teoria das Representações Sociais. Nesse sentido, os resultados sobre essa problemática torna esse artigo de extrema relevância por abordar a socioeducação, implementação das medidas socioeducativas, significando uma importante conquista na intervenção com adolescentes em conflito com a lei.

Para tanto, consideramos necessário alicerçar nosso estudo na Teoria das Representações Sociais, criada por Serge Moscovici, visto que buscamos adentrar no universo simbólico dos sujeitos dessa pesquisa. De acordo com o autor, as representações sociais que um determinado grupo de sujeitos tem de um objeto circulam diariamente, cuja função é tornar familiar o que é estranho (MOSCOVICI, 2010).

Para facilitar a compreensão da pesquisa, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção apresentamos o aporte teórico com breves considerações sobre a teoria das Representações Sociais. Na segunda seção, propomos reflexões sobre os conceitos de educação social e socioeducação, fazendo aproximações com o campo sociojurídico. Em seguida, na terceira seção, mostramos o percurso metodológico percorrido até chegarmos nos resultados e nas discussões. Por fim, apresentamos as considerações finais dessa investigação.

1 Breves considerações sobre a Teoria das Representações Sociais

Detendo-se no foco do estudo sobre as representações de socioeducação, decidimos por ingressar no universo simbólico dos servidores, a partir da compreensão destes, cuja base teórica está ancorada na Teoria das Representações Sociais. A origem desta teoria está na tese de doutorado do psicólogo social romeno Serge Moscovici, publicada em 1961, quando este revitalizou o conceito de representações coletivas, ampliando seu espectro de análise e atualizando o domínio da anterior. É nesse contexto entre o indivíduo e o social que estão situadas as representações sociais e, portanto, sujeito e sistema estão interligados, cujo "o papel das representações [...] é o de assegurar que essa coexistência é possível." (MOSCOVICI 2011, p. 11 apud MELO e OLIVEIRA, 2017, p. 52).

Nesse sentido, sujeitos e sistemas tornam possíveis e eficazes às relações com o objeto, possibilitando dar sentido ao comportamento. Isso só é possível porque as representações sociais remodelam e reconstituem os elementos do ambiente no qual o comportamento deve acontecer (MOSCOVICI, 2012). De fato, as representações sociais, contidas em um ciclo de retroalimentação, vão ressignificando imagens, opiniões e pontos de vistas de um lugar para outro, de um determinado grupo para outro grupo. Ou seja, as representações sociais nascem dos esforços retroalimentativos em resumir, recortar, classificar, reconstituir, retocar e modificar o objeto para inseri-lo em um universo comum para os sujeitos de um grupo (MOSCOVICI, 2012).

Esses esforços têm como função aproximar opiniões, visões de mundo e diminuir as estranhezas acerca do objeto representado pelo sujeito. Tal função faz acontecer tanto aproximações quanto distanciamentos entre conceitos, entendimentos, certos saberes e experiências. Contudo, as representações de um objeto fazem emergir, movimentar e condensar elementos que tem origem em situações diferentes. Nessas condições, o autor dessa teoria nos sinaliza que o mundo real e o mundo mental tornam-se sempre o outro e ele próprio. Sendo assim, a noção de representação social é uma percepção do objeto que se sustenta durante o tempo que for necessário (MOSCOVICI, 2012).

Nos estudos de Melo e Vieira (2016), podemos inferir que as representações são percepções cognitivas que auxiliam a compreender a realidade em diversos contextos que os sujeitos estão inseridos, assim como compartilhar elementos sobre um determinado objeto. Nesse sentido, "[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social." (JODELET, 2001, p. 22).

As representações sociais são saberes do senso comum, e nem por isso perde a legitimidade de ser considerada uma forma de produzir conhecimento. Elas são importantes para a vida social, porque intervém e organizam nossas interações com o mundo por meio da troca de conhecimentos, das mudanças de identidades individual e social e das transformações sociais. Sendo assim, não há representação social sem o objeto (JODELET, 2001).

2 Socioeducação e Educação Social

Tendo como pano de fundo as transformações sociais que ocorrem em ritmo acelerado, tais mudanças provocam alterações no modo de perceber os significados da atuação profissional intrínseca aos servidores, do poder judiciário, que atuam diretamente no campo da socioeducação. Esse cenário tem inspirado profundo interesse nos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, uma vez que os elementos que compõem o entendimento de socioeducação tanto para uma sociedade, quanto para os servidores que atuam no poder judiciário estejam sendo ressignificados.

Nessa direção, pensar em socioeducação nos remete as dimensões do social e da educação, trata-se, portanto, de uma abordagem no campo da educação social, sendo essa última tão abrangente que é capaz de conter a primeira. Uma analogia que pode ser feita com a educação social é a de um continente com diversos países muitas fronteiras, onde cada uma dessas fronteiras demarca a sua política, organização e área de impacto. Dentro destas fronteiras, encontra-se a área da socioeducação com suas especificidades e limitações, é a partir dela que buscamos alcançar o objetivo desse estudo, sobretudo, deixamos claro que não pretendemos esgotar as noções e teorias voltadas para a temática, haja vista o interesse nas representações sociais desse objeto.

Outrossim, mesmo com essas ressalvas feitas, coadunamos com Freire (2016), a respeito dos estudos sobre o tema educação, quer seja o estudo que for e em qualquer que seja a sua modalidade, a educação não é neutra, ela é constituída por valores e princípios de uma visão de mundo e sociedade para construção de um mundo e uma sociedade que almeja. Nesse sentido, toda educação é histórica e se faz necessário indicar de qual educação estamos tratando. Para tanto, é importante deixar claro que ao especificar um tipo de educação, isso não significa que as demais são subjugadas ou minimizam-se as suas importâncias e finalidades se comparadas a outras, isto é, elas não cessam de se comunicarem entre si.

Partindo de uma visão emancipadora da educação e endossando esse pressuposto, Gadotti (2012) afirma que, cada tipo de educação, no seu campo próprio de atuação, contribui para com a mesma causa. Assim sendo, as fronteiras não somente demarcam o campo de atuação como favorecem as aproximações de causas e efeitos. "Uma se assume mais como educação formal e outra mais como educação não-formal, uma mais ligada aos movimentos sociais e populares e outra atuando mais em governos democráticos." (GADOTTI, 2012, p. 10). Conforme foi mencionado, as diferentes modalidades de educação marcam seu campo de atuação e pleiteiam suas conquistas e novos direitos. Essa diversidade constitui a riqueza da educação, tornando evidente que não existe apenas um modelo de educação (GADOTTI, 2012).

Em princípio, toda a educação deve ser considerada social, cuja premissa é não podermos prescindir da sociedade, da comunidade, do contexto familiar, social e político (GADOTTI, 2012). Essa definição de educação que vai além dos muros institucionais e, alcança uma educação mais ampla nos diferentes setores da sociedade, concebe a si mesma como educação social e é ratificada pelo art. 1º da Lei nº 9.394/1996[3], cuja redação define a educação como processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e manifestações culturais.

Nessa perspectiva, chegamos a educação social, cujo campo é amplo e compreende a educação formal, não-formal, informal, escolar e não-escolar, e uma diversidade de práticas educativas. "A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos [...] e dá configuração à nossa existência humana [...]" (LIBÂNEO, 2001, p. 7). Por essas razões, torna-se impossível pensar e conceituar a socioeducação sem levar em consideração que ela está imbricada a uma educação social e não, apenas, fragmentada, recortada e deslocada tanto das dimensões pessoais para o desenvolvimento humano, como dos contextos sociais e políticos.

Essas reflexões estabelecidas acerca das definições de educação são necessárias para conhecer, compreender e discutir a socioeducação, cuja conceituação é complexa. É pela Lei nº 8.069/1990[4] que temos o primeiro indício da noção sobre o que é socioeducação. No entanto, não há formulação teórica alguma na redação desta lei acerca do referido termo (RANIERE, 2014). Apenas são usadas expressões como programa socioeducativo e medida socioeducativa. É mister ressaltar, que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é organizado em duas seções, sendo a primeira relacionada aos direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento e a segunda relacionada as normas gerais que organizam a política de enfrentamento às situações de violação ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente e da política de atendimento.

Com base nesse entendimento e conforme Raniere (2014), nessa segunda seção está definida a medida de ação do Estado, quando o adolescente é julgado pelo ato infracional

[3] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 30 de dezembro de 1996.

[4] Lei que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovada em 13 de julho de 1990. Marco legal e regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes.

cometido, chamada de medida socioeducativa[5]. Foi em 2006, por meio da resolução nº 106 do CONANDA[6] e posteriormente pela Lei do SINASE[7], em 2012, que foram somados esforços para organizar os fundamentos que sustentariam as medidas socioeducativas, embora ambas as leis apresentem direcionamentos para organização da estrutura e funcionamento do atendimento socioeducativo, não são consideradas referenciais teóricos.

No entanto, foi o pedagogo, Antônio Carlos Gomes da Costa, que apresentou um termo retirado do livro Poema Pedagógico de Anton Makarenko[8]: Socioeducação. Esta nova palavra estabeleceu a fusão: Medidas Socioeducativas. Antes do surgimento do ECA, o Código de Menores descrevia a sentença judicial, apenas, como medida, por isso, a referida fusão traz novas possibilidades no atendimento socioeducativo, rompendo o caráter punitivo para evidenciar o caráter educativo (RANIERE, 2014).

Partindo destes entendimentos sobre a educação social e a socioeducação, Bisinoto et al. (2015), conceituam a socioeducação como uma interseção de práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos que articulam-se com programas, serviços e ações desenvolvidas com o objetivo de promover conquistas e ressignificações de trajetórias de emancipação de pessoas. Ademais, na qualidade de política pública, como um sistema nacional e articulado com características específicas, a socioeducação está voltada, necessariamente, para os adolescentes que cometeram atos infracionais ou que tiveram seus direitos violados (BISINOTO ET AL., 2015).

Essa noção ajuda a conceituar o fenômeno da socioeducação que é vislumbrar uma educação social que possibilite a convivência social e o exercício da cidadania, sobretudo, em criar novos caminhos para o sujeito se relacionar com o mundo e consigo mesmo. Trata-se, portanto, do pressuposto de que todo ser humano necessita de uma formação holística que contemple o desenvolvimento do indivíduo de forma global, fortalecendo sua identidade pessoal, cultural e social, cujos diversos atores sociais e instituições somam esforços para qualificar esse desenvolvimento humano.

Nesse contexto, de um sistema nacional com características específicas, é que adentramos no lócus e sujeitos deste estudo, a Vara da Infância e da Juventude, cuja

[5] De acordo com o ECA e o SINASE (Lei nº 12.594/2012), as medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes, quando julgada a prática de ato infracional e têm os seguintes objetivos: I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

[6] Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA), resolução n. 106, de 17 de novembro de 2005.

[7] Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

[8] Anton Semiónovitch Makarenko (1888-1939), pedagogo ucraniano que escreveu o livro Poema Pedagógico, tratava da educação social e não propriamente da socioeducação no trabalho com jovens abandonados, infratores ou privados de liberdade na extinta União Soviética, e os transformou em ativos cidadãos.

competência[9] é fiscalizar e acompanhar as medidas socioeducativas se são realizadas de acordo com o projeto político pedagógico da instituição que oferta o programa de atendimento socioeducativo tanto para o Meio Fechado[10] quanto para o Meio Aberto[11]. A caracterização desta seção do poder judiciário é composta por uma equipe técnica, equipe administrativa, chefe de secretaria, oficiais de justiça, motoristas, assistente de gabinete do juiz e o juiz de direito da Vara. Desse modo, nas seções que seguem abordaremos o perfil dos sujeitos, o percurso metodológico e os resultados e discussões alcançadas da investigação realizada sobre as representações destes sujeitos.

3 REPRESENTAÇÕES, SOCIOEDUCAÇÃO E O PERCURSO METODOLÓGICO

Antes de iniciarmos a investigação empírica, conforme já mencionado nos itens anteriores, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a socioeducação alicerçada em Moacir Gadotti (2012), Raniere (2014) e Bisinoto et al. (2015), assim como o marco legal no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo nº 12.594/12 e sobre a Teoria das Representações Sociais em Moscovici (2001, 2010, 2012) e Jodelet (2001).

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as representações sociais de socioeducação dos servidores que atuam na Vara da Infância e da Juventude, seção responsável no Poder Judiciário por acompanhar e fiscalizar a execução das medidas socioeducativas.

Inicialmente, foi mantido contato com o Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude com a finalidade de obter a autorização para desenvolver a investigação empírica nessa seção. Após a confirmação, foram realizados diálogos informais com os servidores a fim de estabelecer dias e horários para aplicar a TALP. Anterior à aplicação do referido instrumento para a produção de dados, foi explicado para cada um dos sujeitos o que é a Teoria das Representações Sociais, bem como apresentado o objetivo da pesquisa, sobretudo, explicar que eticamente o estudo visa o anonimato, a voluntariedade e a confiabilidade das respostas dos participantes, indicando que estas seriam analisadas e divulgadas como representações do grupo de sujeitos da pesquisa. Ademais, todos que foram convidados aceitaram participar do estudo.

Escolhemos o uso da TALP porque ela é, potencialmente, utilizada nos estudos da Teoria das Representações Sociais com sujeitos, uma vez que essa técnica permite conhecer,

[9] Competência determinada pela Resolução n. 188, de 28 de fevereiro de 2014, do Conselho Nacional de Justiça.

[10] Meio Fechado: expressão usada na socioeducação para referenciar as medidas de restrição e privação de liberdade (semiliberdade e internação) sob a tutela do poder público estadual.

[11] Meio Aberto: expressão usada na socioeducação para referenciar as medidas em liberdade (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) sob a tutela do poder público municipal.

de forma mais naturalizada, os elementos que são mais latentes nos participantes pesquisados quando solicitados a responder um termo indutor (MELO e VIEIRA, 2016). Além disso, é um instrumental de fácil compreensão quanto às instruções do manuseio, cujos estímulos referem-se diretamente ao objeto investigado, possibilitando uma investigação no universo simbólico e linguístico dos sujeitos (MELO, 2009). Sendo assim, a TALP foi aplicada tanto individual com alguns sujeitos, quanto em coletivo com outros participantes, respeitando os combinados anteriores acerca da realização da investigação empírica.

A aplicação dessa técnica durou em média por volta de 7 minutos quando realizada de forma individual e 12 minutos quando aplicada em grupo. Solicitamos a cada participante que preenchesse primeiramente o campo 1, no qual o sujeito identifica o gênero, idade, nível de instrução, tipo de vínculo empregatício e o tempo de atuação na socioeducação. No campo 2, a partir do termo indutor *Socioeducação é...*[12], os participantes escreveram três palavras evocadas, em seguida esses termos foram colocados em ordem classificatória pelo próprio participante – de 1 a 3, sendo o número 1 o termo mais importante e 3 o menos importante. Por último, cada participante justificou a escolha e a classificação que fez dos termos evocados por meio de uma escrita breve.

Os questionários da TALP foram numerados e organizados para facilitar seu manuseio no processo de análise pelos autores deste artigo. Participaram deste estudo nove mulheres e dois homens, onze servidores no total, com dois tipos de vínculo empregatício: efetivos – aprovados em concurso público – e temporários – contratados por processo seletivo. Quanto à idade dos sujeitos, obtemos dois grupos de concentração, são eles:

Tabela 1 – Idade dos participantes da pesquisa

Idade	Frequência
26 a 30 anos	3
40 anos ou mais	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

A faixa etária variou entre dois grupos, sendo um com faixa etária entre 26 a 30 anos de idade, equivalente a 27%, e outro com idade igual ou acima de 40 anos, o que corresponde a 73%. Isso demonstra a possibilidade de estarmos diante de um grupo com uma significativa experiência na área da socioeducação. Assim, é possível inferir que não se trata de um grupo de servidores recém-ingressados no campo da socioeducação conforme os dados da tabela 2 sobre o tempo de atuação profissional, em que 45% dos participantes possuem mais de vinte anos de experiência na área.

Tabela 2 – Tempo de atuação profissional na socioeducação

Tempo em anos	Frequência	Porcentagem
1 ano ou menos	3	27%
2 a 10 anos	1	10%
11 a 15 anos	2	18%
16 anos ou mais	5	45%

Fonte: Elaborado pelos autores.

[12] Grifo nosso. Socioeducação é... Termo indutor utilizado na TALP.

Em relação ao nível de instrução dos servidores participantes, tabela 3, a maioria possui formação em nível superior e 64% deles possuem algum nível de pós-graduação, o que evidencia uma preocupação dos participantes no que diz respeito tanto à formação continuada, quanto a aquisição de conhecimentos.

Tabela 3 – Nível de instrução dos servidores participantes

Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Ensino Médio	1	9%
Apenas graduação	3	27%
Especialização lato sensu	5	46%
Mestrado	1	9%
Doutorado	1	9%

Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação aos resultados obtidos por meio da TALP, foi feita uma lista com 33 evocações, sendo que destas 5 (37%) repetiram-se e 21 (63%) apareceram apenas uma vez. Esses termos, produzidos pelos sujeitos da pesquisa, foram organizados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011) de acordo com a frequência das evocações, tabela 4. Em seguida, foram verificadas as respostas e realizada categorização destas evocações em eixos representativos por agrupamentos de palavras, tabela 5, acerca da afinidade do sentido, permitindo a organização das categorias de análise semânticas (BARDIN, 2011).

Tabela 4 – Frequência de palavras obtidas na TALP por meio do termo indutor "Socioeducação é..."

Palavra	Frequência	Palavra	Frequência
Educação	3	Apoio	1
Oportunidade	3	Mudança	1
Reinserção	2	Ressocialização	1
Inclusão	2	Autonomia	1
Direitos	2	Chance	1
Dignidade	1	Compreender	1
Maturação	1	Resgate	1
Questão social	1	Desenvoltura	1
Reconstrução	1	Ajudar	1
Realidade	1	Emancipação	1
Obrigação	1	Compromisso social	1
Orientação	1	Reeducação	1
Responsabilidade	1	Responsabilização	1

Fonte: elaborado pelos autores.

Esses termos evocados pelos participantes na investigação empírica, contidos na TALP, possibilitou elaborarmos três eixos semânticos e representativos sobre socioeducação, são eles: cidadania, protagonismo e transformação, tabela 5.

Tabela 5 – Eixos representativos sobre socioeducação

Eixo 1 Cidadania	Eixo 2 Protagonismo	Eixo 3 Transformação
Educação	Dignidade	Reeducação
Direitos	Autonomia	Ressocialização

Questão Social	Desenvoltura	Reinserção
Compromisso Social	Maturação	Reconstrução
Inclusão	Responsabilidade	Resgate
Oportunidade	Responsabilização	
Realidade	Obrigação	
Chance	Mudança	
Ajudar	Emancipação	
Apoio	Orientação	
Compreender		

Fonte: elaborado pelos autores.

Partindo dessa organização metodológica, mostraremos algumas reflexões na tentativa de apresentar que as evocações agrupadas perpassam pelos desafios sociais, tomadas de decisões e caminhos de reflexões pessoais presentes no campo de atuação na socioeducação, de acordo com os participantes desse estudo.

Ressaltamos que a nossa tomada de decisão por usar o termo indutor "Socioeducação é...", foi em função de facilitar para os sujeitos que a compreensão da temática deveria estar em sua totalidade, isto é, o estímulo foi favorecer uma reflexão que fosse além do trabalho realizado no espaço físico da Primeira Vara da Infância e da Juventude de Natal e alcançasse outros entendimentos sobre a socioeducação. Assim, o imaginário poderia ser acessado com mais facilidade e, portanto, representado por diversas palavras.

No primeiro Eixo, denominado de Cidadania, percebemos que há uma relação intrínseca na superação dos desafios sociais atribuídos à socioeducação nos termos direitos e educação. Na fala do sujeito 9, todo ser humano para desenvolver-se individual e socialmente "precisa gozar de diretos para ter uma exitosa desenvoltura que muito somará para sua vida". Além disso, dentre os vários desafios na cidadania "[...] vem a questão da educação, ser inserido na escola." (sujeito 10). Nesse sentido, compreendemos que a cidadania é concebida pelos servidores como a garantia de uma convivência comunitária segura e saudável para os adolescentes diante das situações de desafios.

Ainda no eixo 1, os termos questão social, compromisso social, inclusão e realidade assumem um papel caracterizador da cidadania nesse estudo, haja vista o entendimento de uma sociedade estruturada para todos e injusta para alguns, cuja fala do sujeito 6 sinaliza que "inclusão é aceitar o socioeducando no convívio normal das pessoas, evitando assim, um socioeducando revoltado e sem perspectivas de um futuro promissor". Para as palavras oportunidade, chance, apoio, ajudar e compreender, os participantes acreditam que tais elementos são necessários para o exercício da cidadania, sendo assim nos mostra o sujeito 3 que "a socioeducação é uma ferramenta fundamental para dar oportunidade aos adolescentes de ressignificarem as próprias vidas".

No segundo Eixo, intitulado de Protagonismo, encontramos as seguintes evocações: maturação, desenvoltura, mudança, responsabilidade, responsabilização, obrigação, orientação, autonomia, emancipação e dignidade. Sobre esse conjunto de palavras que representam o campo semântico do protagonismo na socioeducação, o sujeito 8 da pesquisa relata que "[...] acredita que a socioeducação deve garantir que o socioeducando tenha voz, possa assumir a sua história e escolha a sua futura trajetória de vida". Desse modo, esse eixo

nos permite compreender que os servidores entendem que há um processo de reflexão interna do adolescente que pode auxiliá-lo em uma tomada de decisão, tornando-o protagonista de sua própria história, respeitando tanto o seu sentimento de pertencimento sociocultural e histórico-político, quanto os seus sonhos que podem reposicioná-lo para o futuro.

No terceiro Eixo, chamado de Transformação, os termos evocados foram: reeducação, reinserção, ressocialização e resgate. Esses elementos nos possibilitam perceber que os servidores compartilham de uma visão de metamorfose da vida dos adolescentes. Sobre isso, os participantes desse estudo afirmam que "o socioeducando tem que ser reinserido na comunidade em que reside" (sujeito 10). Precisa "saber conviver em sociedade" (sujeito 7) e ter "oportunidade de resgatar os vínculos sociais" (sujeito 5). É notório que esses elementos da transformação indicam que houve um hiato entre a vida social e pessoal, que se faz necessária a retomada para o convívio comunitário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme já mencionado acima, utilizamos a TALP para nos aproximarmos dos elementos evocados de socioeducação pelos participantes, sobretudo, realizamos de forma mecânica por meio do programa Excel, que é uma análise para acessar ao núcleo das representações sociais dos servidores sobre o fenômeno da socioeducação.

Para organizarmos a composição deste núcleo categorizamos as palavras evocadas por agrupamentos semânticos considerando as justificativas dos participantes coletadas na TALP para realizar as aproximações. Nesse sentido, o ponto de corte para a composição do núcleo foi a frequência de 1. Desse modo, as análises das evocações que formam o núcleo central tem frequência acima de 2.

Partindo dessa premissa, realizamos o cálculo da frequência e ordem média de evocações das palavras contidas na TALP sobre Socioeducação, conforme tabela 6.

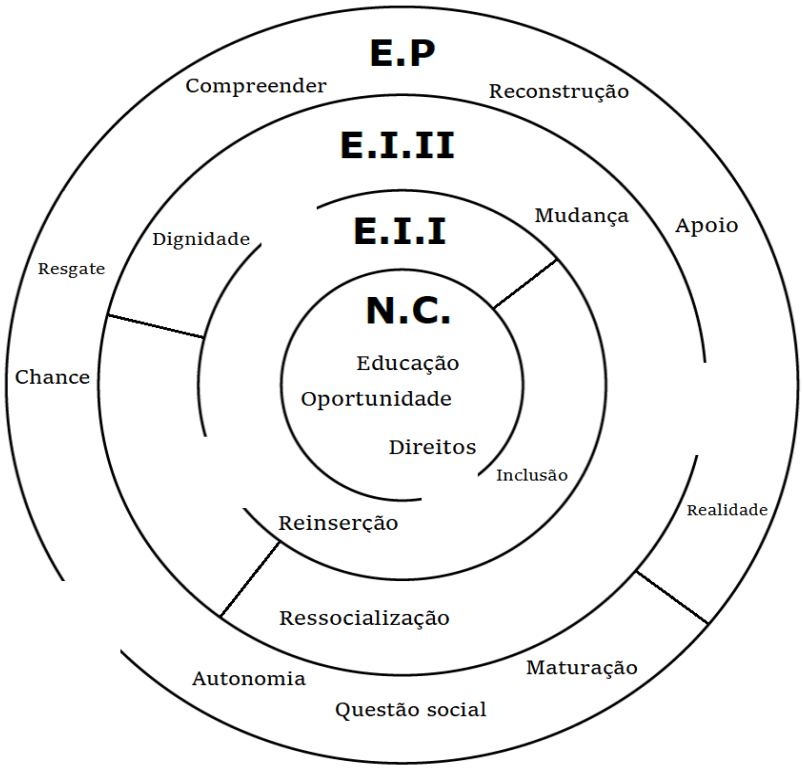
Tabela 6 – Frequência e ordem de distribuição das evocações sobre "Socioeducação é..."

Evocações	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Total
Educação	2	0	1	3
Oportunidade	2	0	1	3
Direitos	2	0	0	2

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base nas evocações da tabela acima, apresentamos a abordagem estrutural do núcleo central, em espiral de sentidos, da representação social dos servidores em relação a socioeducação, estruturada sobre as evocações educação, oportunidade e direitos.

Figura 1. Abordagem estrutural em espiral de sentidos: "Socioeducação é..."



Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com este modelo estrutural gráfico em espiral de sentidos[13], composto por círculos concêntricos, na esfera central, mais interna, estão as evocações mais compartilhadas pelos sujeitos dessa pesquisa. Nas esferas posteriores estão às evocações intermediárias e as periféricas, que representam os termos evocados com menos frequência e que não foram classificados nas primeiras posições pelos próprios participantes.

Em cada esfera poderá haver espaços transitórios, isso significa que os elementos evocados podem estar em movimento de aproximação ou distanciamento do núcleo central, dependendo da frequência e ordem média de evocação. Nesse sentido, compreendemos que a abordagem estrutural em espiral de sentidos torna a apresentação dos resultados mais compreensível acerca da noção dos movimentos possíveis entre os elementos evocados que transitam entre o núcleo central e as esferas intermediária e periférica.

Desse modo, na esfera mais ao centro temos as palavras que constituem, muito provavelmente, o núcleo central das representações sociais e que foram evocadas duas vezes e sinalizadas na primeira posição, conforme tabela 6. Na esfera posterior a esta, temos os Elementos Intermediários I, cujas palavras surgiram apenas uma vez e foram classificadas na primeira e segunda posições, porém com frequência de um. Na penúltima esfera encontramos

[13] Abordagem estrutural gráfica desenvolvida pela professora doutora, Elda Silva do Nascimento Melo, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e divulgada, na CIRS 2018 Buenos Aires, por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Educação (Camila Rodrigues dos Santos, Josângela Bezerra da Silva e Marcelo dos Santos Bezerra) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Erivânia Melo de Morais).

os Elementos Intermediários II, cujas evocações surgiram apenas uma vez na primeira posição. Na última esfera estão os Elementos Periféricos que foram lembrados uma vez e classificados na segunda posição.

Outrossim, foi elaborada uma planilha no software Excel, na qual elegeu-se e distribuiu-se pesos para cada posição que ocupa uma evocação a fim de organizar a classificação final e a composição dos elementos nos círculos, sendo 1 o peso atribuído para a terceira posição, 3 para a segunda posição e 9 para a primeira posição (MELO, 2018)[14].

A partir dessas considerações, a imagem apresenta o núcleo central dos elementos que representam a socioeducação para o grupo de servidores da Vara da Infância e da Juventude. Esse núcleo central formado pelas evocações EDUCAÇÃO, OPORTUNIDADE e DIREITOS revelam o que tem sido mais lembrado e compartilhado pelo grupo de sujeitos presente nas justificativas desse estudo na TALP, ou seja, é um entendimento indissociável para indicar que no campo da socioeducação há barreiras que precisam ser transpostas, cujas palavras lembradas pelos servidores almejam tornar visíveis os sujeitos invisíveis – adolescentes. Trata-se, portanto, do papel salvador que o núcleo central assume da representação de socioeducação para os investigados dessa pesquisa.

As falas dos servidores justificam e reiteram essas representações quando afirmam que a lembrança da palavra educação se deu "por considerá-la como o principal fator de facilitar a vida em sociedade" (sujeito 3) e que "o ser humano no seu desenvolvimento biopsicossocial ele goza de direitos que oportunizam o processo de maturação dos seus atos" (sujeito 9). Esses discursos nos permitem acessar os possíveis entendimentos dos investigados que atribuem a educação à competência de transformar e estabilizar a vida do indivíduo, bem como oportunizar certo protagonismo histórico que seja eficaz na luta pela garantia de seus direitos a fim de ter um crescimento prazeroso e saudável em suas tomadas de decisões.

Assim, essas perspectivas dos servidores sobre a educação e as oportunidades que dela decorre são consistentes e pertinentes porque não emergiram apenas de discursos acadêmicos, mas, principalmente, da própria prática social dos participantes da pesquisa (GADOTTI, 2012). Nessa perspectiva, esse entendimento é reiterado e explicado por Abric (1998), quando ele afirma que as representações são do grupo de sujeitos, mas também marcadas por fortes diferenças individuais relacionadas entre elas mesmas de acordo com a vivência de cada um sobre o mesmo objeto.

Além disso, compreendemos que as demais palavras da composição da representação de socioeducação nas esferas intermediárias e periférica convergem, somam e fortalecem o núcleo central, quando consideradas as justificativas dos servidores para uma tríade que mutuamente se sustenta e se caracteriza.

Desse modo, os elementos periféricos e intermediários articulam-se com os termos educação, oportunidade e direitos. É o que podemos ver nas seguintes falas: "o educando cometeu um erro em algum momento de sua vida e com isso tem a oportunidade de mudar

[14] Organização e elaboração de pesos para a abordagem estrutural em espiral de sentidos pela professora doutora, Elda Silva do Nascimento Melo, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

a sua maneira de pensar, de encarar a vida e tentar mudar seu comportamento" (sujeito 7). "Para ser reinserido na sociedade tem que ter apoio" (sujeito 10). "A inclusão diz respeito a inserção do socioeducando na sociedade de forma que ele se sinta igual as demais pessoas usufruindo de todos os direitos à vida na sociedade" (sujeito 6).

As falas dos sujeitos revelam o quanto a estrutura das representações sociais está articulada entre uma esfera e outra. Isso nos permite compreender a dependência entre os termos evocados para anunciar um conhecimento prático de uma trajetória que transpõe barreiras por meio da garantia de direitos. Ou seja, por meio de oportunidades os adolescentes podem ter uma nova chance de vida em ambientes de educação, a escola seria um exemplo, cujas reflexões internas são pertinentes para o surgimento das mudanças e transformações dos adolescentes em conflito com a lei. Essas representações de socioeducação são, portanto, a identidade do grupo de sujeitos que atuam na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu alcançar o objetivo desta pesquisa que foi identificar às representações sociais de socioeducação – EDUCAÇÃO, OPORTUNIDADE e DIREITOS – para os servidores que atuam na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no qual nos possibilitou uma compreensão do quão saliente são os elementos centrais, intermediários e periféricos evocados na TALP.

Considerando a relevância dessa temática por abordar a implementação das medidas socioeducativas, significando relevante conquista na intervenção com adolescentes em conflito com a lei é que essa pesquisa se efetivou. É por meio dessas reflexões que oportunizou-se diferentes diálogos entre a Teoria das Representações Sociais e a socioeducação. Dessa maneira, é imprescindível considerar aspectos sociocultural, histórico e político apreendidos de uma universalidade fragmentada na socioeducação, segundo os sujeitos investigados. Nesse sentido, "a socioeducação é reconstrução constante de um processo que recai sobre a dimensão educativa" (sujeito 1), assim como na política intersetorial de instituições e atores envolvidos.

Queremos destacar que nosso estudo indica outras direções para as pesquisas das representações sociais de socioeducação para depreender aspectos representacionais que nos pareceram poucos revelados, pois como afirma Sá (1996) as representações são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis, contidas em um tempo e espaço definidas por um grupo de sujeitos.

Desse modo, esse artigo não objetivou esgotar as reflexões das representações sociais de socioeducação dos sujeitos dessa pesquisa. Assim, estas representações transitam em um cenário de cidadania, protagonismo e transformações, no qual as mudanças compartilhadas auxiliam a ressignificar as próprias representações historicamente postas acerca da Socioeducação.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In PAREDES MOREIRA, Antônia Silva; OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BISINOTO, C. et al. **Socioeducação**: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. Revista Psicologia em Estudo. Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/pdf>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

BRASIL, Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. acessado em: 21 de julho de 2018.

_____, Lei nº 12.594/2012, de 4 de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acessado em: 21 de julho de 2018.

_____**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: 21 de julho de 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 62ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2016.

GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação social, Educação Comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico, 18 (1), 10-32. 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In JODELET, D. (org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 17-44.

Libâneo, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Curitiba: Educar em revista, n. 17, p. 153-176. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

MELO, E. S. do N. **Representação social do ensinar**: a dimensão pedagógica do habitus professoral. 2009. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14218>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

_____.; VIEIRA, A. M. E. C. da S. **A representação social de licenciandos em pedagogia acerca do trabalho docente**. In ANDRADE, E. dos R. G.; MELO, E. S. do N. (orgs.). Formação docente e representações sociais: entre o vir a ser, o saber e o ser professor. Curitiba: editora CRV, 2016. p. 31-44.

_____.; OLIVEIRA, K. M. de. **Representações sociais e identidade docente**: um estudo de caso na formação de professores em ciências sociais da UFRN. Perspectivas: Florianópolis, v. 355, n. 1, p. 49-72, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n1p49/pdf>. Acessado em: 17 de julho de 2018.

MOSCOVICI, S. **Das representações coletivas às representações sociais**: elementos para uma história. In JODELET, Denise (org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 45-66.

_____. **O fenômeno das representações sociais**. In MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **A** psicanálise, sua imagem e seu público. **Representação social**: um conceito perdido. Tradução de Sonia Furhmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

RANIERE, E. **A invenção das medidas socioeducativas**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia social e institucional)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SÁ, C. P. de. **Representações sociais**: teoria e pesquisa do núcleo central. 1996. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a02.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2018.

_____. **O campo de pesquisa em representações sociais**. In Sá, Celso Pereira de. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: EUERJ, 1998.